LUTAS SOCIAIS E QUESTÃO AGRÁRIA: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como referência nas lutas populares

Aylana Cristina Rabelo Silva[1]

RESUMO

Este trabalho expõe resultados da análise da relação entre a questão agrária e as lutas sociais pela terra e possui como referência empírica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Essa discussão explicita que embora se diversifique as investidas do capital e o acirramento das expressões da questão agrária, os trabalhadores rurais têm engendrado estratégias de organização e resistência, na construção e reconstrução de uma luta que almeja para além do acesso a terra, a efetivação de políticas públicas e direitos fundamentais historicamente conquistados, que lhes assegurem a produção da existência material. Considerando que suas demandas sinalizam para a superação de contradições estruturais do modo de produção hegemônico, a luta do Movimento em tela materializa esforços e estratégias delineando um percurso de protestos e lutas por outra sociabilidade.

Palavras-chave: Questão agrária. Organização política e resistência

ABSTRACT

This work exposes results of the analysis of the relationship between the agrarian question and the social struggles for land and has as empirical reference the Movement of Landless Rural Workers - MST. This discussion makes it clear that although the capital attacks and the intensification of the expressions of the agrarian question are diversified, rural workers have engendered strategies of organization and resistance, in the construction and reconstruction of a struggle that aims beyond the access to land, the realization of public policies and fundamental rights historically conquered, which ensure the production of material existence. Considering that their demands signal the overcoming of structural contradictions in the hegemonic mode of production, the struggle of the Movement on screen materializes efforts and strategies outlining a path of protests and struggles for another sociability.

Keywords: Agrarian issue. Political organization and resistance.

1 Universidade Federal do Maranhão; Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional; aylanacristina@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise acerca das formas de resistência e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no âmbito do estado do Maranhão, sob a égide da ideologia neoliberal, momento em que há um acirramento das expressões da questão agrária, conferido ao campo a partir da expansão e solidificação do agronegócio.

Com frequência, o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo – observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que a ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015).

Concebemos a questão agrária sob o prisma de sua configuração histórica e a partir de um conjunto que engloba as desigualdades entre as classes sociais. Enfatizamos o movimento de inserção e consolidação da ideologia neoliberal no campo, que acarreta no aumento e diversificação dos modos de subordinação e precarização dos trabalhadores rurais, bem como expropriação e expulsão destes de suas terras e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

Nesse contexto, as formas de resistências deverão transcender uma simples somatória de atos, buscando abranger uma quantidade cada vez maior de sujeitos para a construção de um projeto orgânico e assim, somarem com uma maior intensidade na dinâmica de correlações de forças no modo de produção hegemônico. Tal movimento só é viável se houver um processo de amadurecimento na construção da organização, a partir da consciência de classe, ou seja, percurso fundamental para superar uma resistência composta por ações imediatas e fragmentada.

Dentre as diversas formas de organização, estão os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse Movimento se formou

no Maranhão no contexto em que se agravou a entrada do capital estrangeiro e os grandes projetos no âmbito rural. Momento em que o neoliberalismo no Brasil ganha vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Assim, as consequências do avanço do capital estrangeiro nas relações sociais no campo foi uma de suas preocupações, tornando-se um movimento cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito a terra, além disso, em busca por uma sociedade em que além do acesso, também assegure às condições necessárias de sobrevivência por meio da produção e reprodução na terra.

Assim, evidenciamos, que o método que possibilitou a realização desta investigação foi o materialismo histórico dialético, considerando que houve uma necessidade de análise e reprodução no plano do pensamento das contradições e dialética inerentes ao movimento da sociedade de classes. (NETTO, 2011). E, como importante fase da investigação, em fontes secundárias, foram realizados levantamento e revisão de bibliografia.

Ressaltamos que esta elaboração pertence a uma pesquisa mais ampla, no formato de dissertação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e regional, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Para tanto, esta discussão encontra-se organizada em dois tópicos, além desta introdução e da conclusão, um primeiro tópico, que enfatiza a gênese do MST no Brasil, bem como as especificidades dessa eclosão no Maranhão. E, um terceiro tópico, que destaca as formas de organização política do movimento em tela na luta pela terra.

2. A LUTA PELA TERRA: gênese do MST no Brasil e suas particularidades no estado do Maranhão.

Na realidade brasileira, no ínterim de 1967 a 1969, o governo do general Costa e Silva, o movimento estudantil e as greves operárias despontaram com todo entusiasmo no país, enquanto no campo, a expansão do capitalismo fez dilatar a

miséria, a acumulação e a aglutinação de riqueza. Esse processo modificou o meio rural com a mecanização e a industrialização, concomitantemente a modernização tecnológica de algumas esferas da agricultura. Também desapropriou e repeliu da terra os trabalhadores rurais, culminando no crescimento do trabalho assalariado (FERNANDES, 2000).

Ainda nessa época, iniciou-se uma política de colonização da região Amazônica, pois o discurso oficial era que havia terras em abastança no aguardo de colonizadores. Assim, “os governos militares prepararam inúmeros planos para a “ocupação” da região, com isso matava dois coelhos: ocupava espaços vazios e ‘resolvia’ os conflitos” (MORISSAWA, 2001, p. 100). A política de colonização foi motivada, ainda pela preocupação do governo com a guerrilha do 97 Araguaia.

Contudo, a região já se encontrava sob o domínio de grupos empresariais estrangeiros que realizavam largas aplicações. E a política de “ocupação” ainda desconsiderava as populações que ali habitavam, como os indígenas e os caboclos. Além dos grandiosos projetos governamentais como usinas hidrelétricas, utilização de minérios e construção de rodovias que envolviam uma articulação com empresas privadas, engendrava um exorbitante processo de expropriação de terras.

Esses grandes projetos agropecuários na Amazônia equivaleram a grande devastação do meio ambiente. Foram violentos e frenéticos desmatamentos. Diversos segmentos saíram lesados desse processo, como: os pequenos proprietários, os posseiros, os castanheiros, garimpeiros e seringueiros, além dos indígenas, que perderam uma significativa quantidade de suas terras. Tribos foram deslocadas, ou até mesmo expostas a doenças infectocontagiosas levadas pelos novos habitantes, alguns até convertidos em mão de obra banais pelos latifundiários, outros até mesmo tendo sido executados.

Entretanto, mesmo perante excessiva coibição das organizações políticas camponesas, a luta pela terra permaneceu em todo o território brasileiro. E, foram essas lutas, em diferentes regiões que colaboraram e culminaram na formação do MST, sendo assim a gênese desse movimento: “É fruto do processo histórico da resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...]” (FERNANDES, 2000, p. 46). Uma das referências históricas dessa

luta aconteceu em maio de 1978, quando índios Kaigang da Reserva indígena de Nonoai, que vinham resistindo desde 1972 com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI deram início ao processo de retomada do seu território, e para isso "[...] resolveram expulsar as 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam naquelas terras." (FERNANDES, 2000, p. 51).

A referida reserva, com aproximadamente 15 mil hectares, foi reconhecida pelo governo federal desde 1847. Na década de 1960, contava com aproximadamente 400 famílias de arrendatários, sendo que esse quantitativo aumentou em torno de 1200 famílias, na década de 1970. Algumas dessas famílias foram para as glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, terras estas pertencentes à fazenda Sarandi. As ocupações iniciaram de forma modesta, contando com em torno de 30 famílias. Logo após, chegando próximo de 300. No entanto, "[...] frente ao fato o Governo enviou o Secretário de agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las [...]" (FERNANDES, 2000, p. 51). A outra parcela das famílias foi deslocada para o Parque de Exposição de Esteio, adjacente a Porto Alegre.

Os trabalhadores conseguiram uma audiência com o governador, em agosto de 1979. E, diante às suas solicitações, o governo pleiteou um prazo de 30 dias para responder às questões postas. Conquanto, não houve intervenção alguma, restando aos sem terra a ocupação. A partir daí iniciaram o processo de mobilização dos acampamentos e discussões sobre os pormenores da ocupação. Assim:

> Entre as decisões tomadas, estavam a formação de comissões de base e de representantes e um abaixo-assinado ao governador reivindicando o assentamento no estado, nas glebas Macali e Brilhante, que pertenciam à antiga a fazenda Sarandi e haviam sido griladas. Caso não fossem atendidos, os sem – terra fariam a ocupação (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Ao dia 31, final do mês de agosto, após interventores saíram do local, e, ainda que tenham assolado parte do acampamento, foram vencidos pela luta e resistência dessas famílias, evidenciando uma "[...] prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer" (FERNANDES, 2000, p. 59). Em fevereiro de 1982, a CPT realizou sua V Romaria da Terra, os acampados sugeriram à CNBB a compra de uma área em Ronda Alta. Após tanta resistência, o governo desapropriou inúmeras áreas para

assentar as famílias. E, uma parca quantidade ficou assentada na área adquirida pela Igreja, que ficou sendo chamada de Nova Ronda Alta.

Logo, o MST surge no Sul do Brasil, por encontrar um local propício ao seu desenvolvimento, visto que nessa região do país se encontrava a maior concentração de trabalhadores rurais e estava sobre a influência da modernização agrícola por conter várias extensões territoriais e latifúndios. Sendo assim:

> [...] os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STÉDILE, 2000, p. 17).

Mesmo que o embrião do MST tenha sido no Sul do país, o Movimento não ficou restrito a essa região específica. Os processos organizativos se expandiram para estados como o Maranhão. Pertinente à gênese do MST no Maranhão, Delgado (2010, p. 22) destaca que:

> O MST se constituiu a partir da Amazônia Legal maranhense em meados de 1980 no âmbito do processo de organização do MST em todo país. Constitui-se no enfretamento à expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses no estado. Desde então, este movimento se consolidou no estado e tem lutado pela construção de novas relações sociais no campo, tendo como perspectiva a transformação social.

Iniciou-se na década de 1980 a constituição do MST nesse estado, sob a influência de lideranças que estavam presentes no primeiro congresso do MST, sendo alguns desses: Manuel da Conceição, Vila Nova, Denise Leal e Mara Góes, bem como lideranças nacionais, com objetivo de contribuir na construção do movimento, vieram para o Maranhão, tais como: Ademar Bogo, João Pedro Stédile (MIRANDA, 2003).

O surgimento do MST no Maranhão não foi um evento inesperado e aleatório, mas um processo gradativo, que em meio a um contexto de lutas do movimento sindical e demais movimentos sociais, transformou-se num processo coletivo, demandando por contradições estruturais e pelos fatores objetivos e subjetivos vivenciados pela classe trabalhadora naquele período.

Dentre as motivações dos trabalhadores rurais para a retomada da luta e organização política, estavam as apropriações de significativas frações de terra situadas na região da Amazônia Legal maranhense por grupos empresariais, tais como: VARIG, MESBLA, SHARP, SANBRA, Pão de Açúcar e Cacique, entre outras; financiamentos da SUDAM para inserção de projetos na região de Buriticupu, que contribuiu para a expulsão de famílias de suas terras; a organização dos latifundiários na União Democrática Ruralista (UDR) que na região Sul do Estado, se utilizava de meios para impedir as ocupações de terra.

Segundo Miranda (2003), o grupo SHARP, possuía uma propriedade de 5.000 ha, nominada de Fazenda Itacira, reputada popularmente como “fazenda criminosa”, devido aos inúmeros assassinatos de posseiros que resistiam aos despejos. A violência, também era estratégia na região de Buriticupu, onde na propriedade denominada Fazenda Terra Bela, com 9.734 ha, os trabalhadores além de expropriados, foram presos e torturados. Assim, as ocupações enquanto expressões de resistência se expandiram para o Sul do Estado.

Dessa forma, o referido movimento se apresenta como fruto do processo de modernização e industrialização que assolou o país na era desenvolvimentista e contribuiu de maneira significativa para o crescimento dos grandes latifúndios resultando em consequências nefastas para o campesinato. Sendo assim, entre as grandes reivindicações do Movimento estão: a consolidação da política de Reforma Agrária Popular e a constituição de um novo tipo de sociedade, onde a justiça social, a liberdade e emancipação humana sejam os pilares.

Essa forte influência faz com que o MST não se restrinja ao sul do país, onde surgiu, mas se difunda por todo o território, por entender que a reforma agrária era e é necessária em toda a República Federativa do Brasil. É no prisma de um projeto societário que contemple os referidos princípios e objetivos que o movimento em questão desenvolve processos de luta e no enfrentamento ao sistema hegemônico,

que na contemporaneidade, se expressa sob a égide do neoliberalismo[2] imprime desafios e tendências às lutas sociais.

3 O MST ENQUANTO ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se materializa enquanto organização da classe trabalhadora, assim conceitua-se como herdeiro das lutas populares, resgatando referências significativas de marcos como: Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, porém também se articula com as organizações camponesas e urbanas que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e esferas políticas importantes na América Latina e nos outros continentes, com atribuições relevantes na Via Campesina, que busca agregar as lutas camponesas no mundo (AZAR, 2018).

Para além do âmbito nacional o Movimento se articula em nível internacional com a Via Campesina, elemento que expressa um comprometimento de classe, defendendo os interesses de classe, passando a conceber que a luta dos trabalhadores vai para além do campo e da cidade do próprio país. Portanto, podemos observar que como uma construção imersa na história e no movimento da realidade, o MST foi ao longo do tempo apreendendo a abrangência e a heterogeneidade da luta pela terra, buscando perceber os trabalhadores a partir do prisma da totalidade. O trabalhador rural não é uma figura passiva, mas um sujeito crítico, reflexivo e político, que ainda que limitado pelas condições objetivas e materiais de suas condições de vida, estampa novas formas de perceber e questionar a sociedade capitalista, assim como pressionar as devidas instituições.

No que se refere aos objetivos do Movimento em questão, podemos destacar o programa de Reforma Agrária Popular, que considera que:

> Na atualidade, a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela

[2] Tomamos como referência o pensamento de Perry Anderson (1995) como basilar, que concebe o neoliberalismo como uma reação teórica e política ao Keynesianismo e ao Welfare State, promovida pelos liberais no final dos anos 1970 e 1980, expandindo-se na década de 1990 por todo o mundo.

> burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária. Agora, luta pela Reforma Agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais (MST, 2013, p. 31).

Percebemos que se trata de um programa que questiona problemáticas centrais e estruturais do sistema hegemônico e suas expressões na sociedade brasileira, incluindo diversas bandeiras de luta, considerando ainda, os direitos humanos em sua complexidade, e como garantias essenciais para a reprodução da vida material dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. Dessa forma, o MST tem buscado:

> […] diálogo com o debate, as formulações e as práticas de diferentes organizações camponesas, e também indígenas, do Brasil e do mundo, em curso já há alguns anos, apreender as tendências do movimento desse confronto e que exigências formativas se colocam aos trabalhadores para que protagonizem a superação dessas contradições de modelos de agricultura desde o polo do trabalho. Análise e síntese propositiva é que passam então a compor nosso programa de Reforma Agrária Popular (CALDART, 2003, p. 3).

Compreendemos que os princípios e objetivos do Movimento exigem uma determinada forma de organização, logo seria demasiado contraditório haver uma organicidade que materialize fragmentação ou hierarquia, quando estes são cotidianamente questionados. Compreendendo, ainda, que no âmbito do movimento a organicidade é necessária para a intervenção concreta na realidade, bem como ações que resultarão em êxitos e fracassos, na dinâmica da luta de classes.

À vista disso, concebemos que a forma de pensar e de se organizar na dimensão política prevê um trabalho minucioso e de caráter político e educativo que fomenta a consciência da posição de subalternidade em que se encontra, para assim aspirar sua suplantação. Logo, as formas de organização são materializadas a partir desse processo de tomada de consciência da posição em que ocupam na correlação de forças na dinâmica social. Nesses termos, Cardoso e Lopes (2009, p. 147):

> No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias […] A, organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas.

O pensamento gramisciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, pelas classes subalternas. Assim, o MST se constitui como uma forma de organização política, que se insere na dinâmica de correlações de forças, com o posicionamento de questionar e reivindicar as relações estabelecidas no modo de produção vigente.

Os mecanismos estratégicos de luta, tais como as manifestações, as marchas, os mais variados espaços de debates e reflexões, possibilitam a formação política. No entanto, ao passo que os trabalhadores rurais, na sua maioria, não tiveram acesso à educação crítica, tornou-se essencial criar mecanismos que possibilitassem a análise crítica da sociedade capitalista, considerando a relação da questão agrária com os elementos inerentes aos sistemas políticos e econômicos.

A formação política torna-se um dos elementos fundamentais para o processo que é denominado por Gramsci (1978, p. 53) de catarse:

> Pode-se empregar a expressão catarse para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.

Para tanto, ressaltamos a importância da formação política, enquanto partícipe dos espaços que concretizam a dimensão educativo-organizativa, essencial para que os sujeitos ultrapassem a concepção corporativa e caminhem para a construção de um ideário mais amplo, como um projeto societário, que está para além de interesses individuais ou demandas imediatistas e focalizadas e comporta uma dimensão ética, moral e de princípios.

A Educação do Campo emerge no MST como mecanismo de interpelar o modelo educacional vigente no Brasil e mais especialmente, imposto ao campo. Nesse entendimento de Educação, há uma necessidade de reflexão da totalidade, visto que se refere ao contexto do trabalhador rural e em consequência, à demanda de uma pedagogia que caminhe para a transformação.

Na compreensão de Gramsci (1982), a educação se inclui como uma acepção geral de vida, nas dimensões éticas, políticas e práticas, que deve proporcionar uma dignidade aos sujeitos sociais que lhes possibilitem serem dirigentes, ao passo que se impugnem as ideologias autoritárias e conservadoras, sendo necessária como princípio político e pedagógico na construção da luta, em interesse da construção de outra sociedade.

Para tanto, a educação se materializa enquanto uma estratégia de organização, considerando que é por meio desses processos que os sujeitos passam a ter elementos para refletir de forma crítica a realidade, bem como construir estratégias para transformações na sociedade e em si mesmos.

Além da educação e da formação política, mas sempre articuladas a elas, estão outras formas de resistência e construção da luta do MST, o referido Movimento diante do desafio de determinar novas relações de produção iniciou os debates para o desenvolvimento da cooperação agrícola, como forma, inclusive, de resistência. Assim:

> De acordo com o MST, os principais objetivos do Sistema Cooperativista dos Assentados giram em torno do econômico, do social e do orgânico. Por isso, com o intuito de expor de forma mais abrangente as metas que permeiam tais objetivos: Econômicos: a) Ajudar a resolver os problemas de todas as famílias assentadas; b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza sobras; c) Garantir: aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores; d) Modernizar a produção no campo; e) Desenvolver a agroindústria. Sociais: a) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; b) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos Assentamentos; c) Provar que a Reforma Agrária é viável, tanto do ponto de vista da justiça social quanto do econômico; d) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; e) Formar e capacitar quadros para o conjunto da luta dos trabalhadores; f) Contribuir para a construção de cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros; g) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica. Orgânicos: a) Consolidar a organização de base do MST; b) Conseguir liberar as pessoas para participar dos Movimentos e

> Organizações Populares; c) Servir de retaguarda econômica do MST; d) Desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade; e) Transformar a ideologia do camponês: substituir o "meu" pelo "nosso" e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; f) Acumular forças para a transformação da sociedade (MST, 1993, pp. 41-42).

Podemos ponderar que esse posicionamento define a relação com a posição de classe e a luta de classes, ao se dispor em contraposição ao capitalismo, manifestado pelo agronegócio. Com consciência política desse confronto, a articulação de diversos sujeitos coletivos se dispõe a desenvolver a agroecologia para a reestruturação da agricultura como uma das frentes de luta contra o capital, objetivando transformações societárias, uma vez que se trata de projetos em disputa.

O Movimento vem, ainda, propondo ações que incentivem a produção de sementes crioulas, evidenciando a importância de o campesinato controlar as sementes, e, portanto, o sistema alimentar. Logo, o MST tem sido um dos grandes protagonistas na agroecologia, explicitando a importância de uma produção que se preocupa tanto com as implicações ao meio ambiente, como com a saúde humana, levantando bandeiras importantes que negam a utilização de agrotóxicos e transgênicos, indo na contramão da hegemonia do agronegócio e da lucratividade desmedida almejada pelo capital.

Em conjunto com a necessidade de produção, podemos elencar outra forma de resistência, esta é uma forma de luta de imenso significado, uma vez que é a partir dela que as outras formas de luta são utilizadas, ou seja, primeiro movimento para a obtenção da terra, portanto: "Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do movimento. [...] A ocupação é a condição da territorialização. É o processo de conquista da terra" (FERNANDES, 1998, p.25,33).

A ocupação é elemento central no processo de resistência do Movimento em tela, uma vez que se trata do processo de ocupar o espaço e ali resistir, sendo desde os primórdios da história dessa organização uma dinâmica basilar para acesso a terra. O Movimento sempre contou com a ocupação como uma das principais estratégias de luta, como destaca o referido posicionamento, no entanto pensar de forma crítica as estratégias é necessário para a própria reprodução do Movimento. Ao ponderarmos que os diversos governos e o sistema vigente conferem dinâmicas diferenciadas em

conjunturas específicas, torna-se essencial pensar a luta de forma dialética, explicitando os limites e as possibilidades das estratégias na totalidade social.

Logo, estas e outras diversas formas de luta demonstram a necessidade do diálogo, do debate, da formação política, como elementos imprescindíveis para a organização do Movimento da classe trabalhadora. Portanto, analisar as formas de lutas e expressões de resistência da classe trabalhadora, é considerar a dinâmica da realidade, a relação com as esferas econômicas, políticas e sociais e a interconexão desses elementos.

4 CONCLUSÃO

O MST possui um perfil de uma entidade composta pela classe trabalhadora que busca articular os interesses e demandas da classe, com um diferencial significativo, que é uma luta ampla, indo da pauta do acesso a terra, até o questionamento das formas de dominação e exploração do capital, considerando a questão agrária enquanto resultante das contradições do sistema capitalista. Logo, o MST levanta a bandeira do acesso a terra, bem como das políticas públicas que efetivem os direitos fundamentais, mas também a construção dos caminhos para uma sociabilidade para além do capital.

A formação desse Movimento, na particularidade do Maranhão, significou uma nova possibilidade de resistência e organização dos trabalhadores rurais, considerando que até então as expressões dessa organização estavam nos sindicatos e associações existentes nos interiores da referida unidade federativa.

A ocupação desde os primórdios do movimento se tornou uma das principais expressões de luta, ponderando que é nela e por meio dela que o movimento consolida a ótica da transgressão, do questionamento e, sobretudo da coragem. Na ocupação os sujeitos se articulam, mobilizam e realizam ações estratégicas, que para além de meramente dispêndio de força física, requer inteligência nas suas mais diversas formas de expressão. É, pois, nos processos de ocupação, que há formas de resistência, mas também as construções do sujeito e sua percepção enquanto ser Sem Terra.

Além da ocupação da terra, mas sempre articulada a ela, o referido Movimento possui uma ampla defesa da educação, mas compreendendo-a para além da continuidade formal do ambiente escolar e articulada incessantemente à prática e ao contexto social. Assim, essa acepção elenca a educação enquanto fundamental para os processos organizativos e políticos, uma vez que é por meio da primazia da práxis, enquanto ação humana concreta e refletida, que os processos de educação tornam-se instrumento de transformação social.

A atuação do MST na questão agrária explicita os horizontes para a concretização dos referenciais históricos de outro projeto societário, e se percebeu, a partir deste trabalho que há uma necessidade concreta de reflexão em torno dessa questão, inclusive pelo fato da sua correlação com as expressões da contradição capital e trabalho e os seus mecanismos de enfrentamento por parte das diversas organizações.

REFERÊNCIAS

AZAR, Z. S. O MST e a luta pela terra: uma luta para além das reformas. In: **Revista de Políticas Públicas**, 2018.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, nº 1, pp. 60-81, Jan/Jun, 2003.

CARDOSO, Franci Gomes e LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade**: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 233f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Que Reforma Agrária? In: A Questão Agrária na Virada do Século. Vol. II – Mesas Redondas. **XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Presidente Prudente, 1998.

GRAMSCI. Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro (RJ): CIV. BRASILEIRA, 1982.

GRAMSCI. Antônio. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Edições: Loyola. São Paulo. Brasil, 2008.

MIRANDA, A. A. B. M. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão** – O caso do MST. Universidade Federal do Maranhão Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2003.

MST, Programa Agrário do. **Cartilha**: Texto em Construção para o VI Congresso Nacional. 1ª Edição Abril 2013.

SODRÉ, R. **As (Re) Formas da questão agrária Maranhense**: multiplicidades e singularidades nos Assentamentos: Cigana e Cristina Alves – Itapecuru Mirim. São Luís – MA, 2015.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, 1ª reimpressão, 2000.